

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

## Termo de Referência 30/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
30/2026	110001-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	CARLOS ANTONIO DOS SANTOS	27/04/2026 16:52 (v 0.9)
Status			
ASSINADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		00059.000637/2025-97

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para eventual aquisição de itens para manutenção de áreas externas, manejo de fauna, jardins e monitoramento ambiental, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	Catmat	UF	Qtde.	Requis. Mínima	Requis. Máxima	Valor Unitário R\$	Valor Unitário R\$
1	ARMADILHA FOTOGRÁFICA DIGITAL  Especificação: Resolução de foto mínima de 32 megapixel (foto) ou superior e vídeo 4k; funções: filma, fotografa e grava áudio; características: leds infravermelhos no-glow, ou seja, emite luz imperceptível /invisível ao olho humano; controle de intensidade do sistema infravermelho e ajuste de sensibilidade pir; sistema de foco automático; controle de data e hora.; caixa estanque impermeável (resiste à chuvas e umidade); revestimento camuflado; câmera com display lcd colorido mínimo 1,5 polegadas; alimentação por pilhas aa com compartimento de pilhas removível; compatível com cartão de memória de até 512 gb; disparo com velocidade de 0.2 segundos ou menor; taxa de recuperação (tempo entre imagens) de 1 segundo ou menor; presença de gps geotag; requisitos	623698	Unidade	6	1	6	2.729,79	16.378,74

	<p>necessários: compra com garantia mínima de 1 ano; equipamento com assistência técnica no Brasil.</p> <p>Produto referência: Câmera Trap Bushnell DS-4K No-Glow 32mp, similar ou qualidade superior.</p>							
2	<p>CAIXA PLÁSTICA ESPECÍFICA PARA TRANSPORTE DE FRANGO /GALINHA</p> <p>Especificação: Confeccionada em polietileno de alta densidade (PEAD), atóxico, resistente a impactos, raios UV e variações de temperatura, com estrutura reforçada para empilhamento seguro. Dimensões aproximadas (±5%): comprimento 95–100 cm, largura 55–60 cm, altura 26–30 cm; carga máxima 40 kg (8 a 10 frangos adultos).</p> <p>Possuir laterais, base e tampa com aberturas para ventilação e escoamento, base antiderrapante e cantos arredondados. Tampa removível com trava ou engate rápido, compatível com a base. Permitir higienização com produtos químicos diluídos.</p> <p>Cor branca, amarela ou laranja (a definir), com gravação permanente, em alto ou baixo-relevo, nas duas laterais, contendo a inscrição “Presidência da República” em altura mínima de 5 cm. Superfícies lisas, sem rebarbas ou arestas cortantes. Garantia mínima de 12 meses. Entrega limpa, seca e embalada, com descarregamento pelo fornecedor.</p>	627395	Unidade	8	1	8	695,36	5.562,88
3	<p>TERMO-HIGRÔMETRO DIGITAL</p> <p>Especificação: Indicador de temperatura externa e interna. Função máxima e mínima. Leitura em °C e °F. Umidade interna. Relógio digital. Indicador de nível de conforto. Cabo de aproximadamente 3 m.</p>	442791	Unidade	5	1	5	266,73	1.333,65
4	<p>CRIADEIRA PARA AVES CAPACIDADE 100 A 150 FILHOTES</p> <p>Especificação: Material de metal e plástico; com sistema de aquecimento dos filhotes; 2 pisos; 220 v.</p> <p>Produto referência: Criadeira Premium Ecológica, similar ou qualidade superior.</p>	222385	Unidade	2	1	2	4.151,69	8.303,38

5	<p><b>LAVADORA ALTA PRESSÃO PROFISSIONAL ÁGUA QUENTE</b></p> <p>Especificação; 220 v (monofásico); potência 2.200 w; pressão de operação máxima 160 bar (≈ 2.320 psi); vazão 700 l/h, motor com indução em 2 polos; pistões em aço inoxidável, chassi resistente com rodas, além de compartimentos integrados para armazenamento de acessórios; mangueira de alta pressão em trama de aço com comprimento mínimo de 10 m; lança em aço inox (660 mm); bico leque.</p> <p>Produto referência: Lavadora de Alta Pressão Karcher - modelo HDS 7 /16, similar ou qualidade superior.</p>	370073	Unidade	2	1	2	24.998,79	49.997,58
6	<p><b>CAIXA DE TRANSPORTE PARA CÃES TAMANHO XXG</b></p> <p>Especificação: Confeccionada em plástico rígido de alta resistência, atóxico, lavável e conforme padrão IATA para transporte aéreo de animais vivos. Dimensões externas aproximadas: comprimento 121 cm, largura 82 cm, altura 90 cm, peso aproximado 20,5 kg, capacidade para animais de até 61 kg. Estrutura composta por parte superior e inferior fixadas por travas reforçadas, com porta frontal metálica resistente à corrosão e sistema de trava dupla. Possui rodízios removíveis, alça para transporte, aberturas laterais e superiores para ventilação adequada. Acabamento interno e externo liso, sem rebarbas ou arestas cortantes, com cantos arredondados para segurança do animal e do operador. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.</p> <p>Produto referência: Caixa de Transporte para Cães e Gatos Gomoov Inter TAMANHO XXG, similar ou qualidade superior.</p>	627397	Unidade	2	1	2	2.671,79	5.343,58
7	<p><b>BOMBA CENTRÍFUGA MONOESTÁGIO</b></p> <p>Especificação: Motor: elétrico monofásico, potência: 3 cv, tensão: 220 v, construção: sem intermediário; aplicação: Bombeamento de água limpa, isenta de sólidos, em sistemas prediais, industriais e agrícolas; produto novo, original de fábrica, com garantia mínima de 12 meses.</p>	631397	Unidade	3	1	3	2.379,52	7.138,56

	Produto referência: Bomba centrífuga monoestágio Schneider BC-92S 1C, similar ou qualidade superior.							
8	<p><b>AERADOR CHAFARIZ PISCICULTURA</b></p> <p>Especificação: Itens inclusos: 1 Aerador Chafariz + 1 Flutuador. Cobertura: 3.000 m², Potência: 1,5 cv, Flutuador: 800 milímetros em altíssima densidade, anti trincos e furos com proteção UV, Antiressecamento; Hastes / Suportes e parafusos em inox AISI 304; Cesto especial e muito resistente em inox AISI 304 - feito para durar, evita acúmulo de sujeira e não quebra no transporte, Altura de Lançamento: 1,5 metros, Diâmetro de lançamento: 6 metros, Kg O²/h: 3,0 kg/h, Vazão: 250 m³/h, Biomassa: 4.500 kg, 220 v, Referência de motor: WEG Tecnologia Alemã, produto com várias certificações nacionais e internacionais de qualidade e segurança; Tensão Monofásico, Voltagens: 220 v, Corrente: 10A / 5A, Rotação: 3.520 rpm, Consumo: 1,35 kw/h, Eixo especial em inox AISI 304, sem emenda nem soldas, fabricado na própria WEG.</p> <p>Produto Referência: Aerador Aquamix Beraqua 1,5 cv, Aerador Chafariz Weemac 3.500 m 1,5 cv, similar ou qualidade superior.</p>	298833	Unidade	4	1	4	1.823,23	7.292,92
9	<p><b>AERADOR DE PÁS PARA PISCICULTURA</b></p> <p>Especificação: Itens inclusos: 1 Aerador Chafariz + 1 Flutuador, Abrangência: 2.500 a 5.000 m², Potência: 2,0 cv, Flutuador: 800 milímetros em altíssima densidade, anti trincos e furos com proteção UV, antiressecamento, Pás: flexíveis e de alta resistência, Cesto especial e muito resistente em inox AISI 304 - feito para durar, evita acúmulo de sujeira e não quebra no transporte, Altura de Lançamento: 1,5 metros, Diâmetro de lançamento: 6 metros, Kg O²/h: 3,0 kg /h, Vazão: 250 m³/h, Biomassa: 4.500 kg, 220 v (monofásico), Referência de motor: WEG Tecnologia Alemã, produto com várias certificações nacionais e internacionais de qualidade e segurança, Tensão Monofásico, Voltagens: 220 v, Corrente: 10A / 5A, Rotação: 3.520 Rpm, Consumo: 1,35 kw/h, Eixo especial em inox AISI 304, sem</p>	298833	Unidade	2	1	2	10.150,00	20.300,00

	emenda nem soldas, fabricado na própria WEG. Garantia: 12 meses.  Produto Referência: Aerador de pás 2,0 cv Weemac 5.000 m; Aquapá Beraqua 2,0 cv, similar ou qualidade superior.							
10	CAL VIRGEM COMUM Especificação: Óxido de Cálcio, saco de 20 Kg	396007	Saco 20 Quilograma	400	1	400	45,08	18.032,00
11	KIT SOLUÇÃO PARA CALIBRAÇÃO DE PHMETRO  Especificação: Soluções tampão para calibração: 1 unidade Solução de pH 4 (250 ml); 1 unidade solução de pH 7 (250 ml); 1 unidade solução de pH 10 (250 ml). As soluções devem ser prontas para uso. Os produtos devem ter pelo menos 1 ano de validade a partir da entrega.	415675	Unidade	6	1	6	105,70	634,20
12	KIT ANÁLISE DE AMÔNIA PARA 300 TESTES  Especificação: Para uso na aquicultura, compatível com Checker HC para amônia HI715 - Hanna.	430208	Unidade	1	1	1	3.180,00	3.180,00
13	KIT ANÁLISE DE NITRITO PARA 300 TESTES  Especificação: Para medição de nitrito, compatível com Checker HC para nitrito HI707 - Hanna.	413948	Unidade	1	1	1	2.443,30	2.443,30
14	FORMICIDA ISCA GRANULADA PARA USO CONTRA FORMIGAS CORTADEIRAS  Princípio ativo: Fipronil 0,002% a 0,003% podendo conter Indoxacarbe 0,024% a 0,03% Unidade de fornecimento: quilograma (Kg)  Produto referência: Kellmicida Formicida Granulada (Fipronil e Indoxacarbe); BASF Blitz Inseticida, similar ou qualidade superior.	407484	Quilograma	400	1	400	48,94	19.576,00
<b>VALOR TOTAL R\$</b>								<b>165.516,79</b>

1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT e as constantes deste Termo de Referência, prevalecerão as últimas. Para efeito de lances e elaboração de propostas as empresas participantes deverão considerar as especificações dos materiais constantes no quadro descritivo dos itens licitados, no subitem 1.1 deste Termo de Referência.

- 1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do item 4.1. do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.5. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogada por igual período, na forma do art. 22 do Decreto 11.462/2023.
- 1.6. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias contados do recebimento da nota de empenho.
- 1.7. A contratação será firmada por meio de aceite da Nota de Empenho, tendo em vista tratar-se de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, na forma do Art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.8. Havendo prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, nos termos do Art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021, combinado com Art. 22 do Decreto nº 11.462, de 2023, será admitida a renovação dos exatos quantitativos estabelecidos pela Ata de Registro de Preços, desde que seja comprovado o preço vantajoso e ocorra dentro do prazo de sua vigência.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A aquisição visa atender demandas diversas de materiais permanentes e de consumo, referente a manutenção de áreas externas, manejo de fauna, jardins e monitoramento ambiental, da Coordenação-Geral de Administração das Residências Oficiais/DIARO resultando o Documento de Formalização da Demanda 15 (6975783) e complementado pelos documentos E-mail quantidade Item 9 (7156852) e E-mail altera quantitativo de testes itens 12 e 13 (7292371).
- 2.2. A aquisição tem como objetivo garantir e suprir tais demandas, cujas quantidades e respectivas justificativas foram definidas pelas áreas administrativas da Presidência da República com previsão de atendimento para 12 (doze) meses.
- 2.3. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada nos itens 2 e 7 dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no item 6 do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.
- 3.2. A aquisição de materiais de consumo, tipo itens para manutenção de áreas externas, manejo de fauna, jardins e monitoramento ambiental, visa atender demandas regulares da Coordenação-Geral de Administração das Residências Oficiais/DIARO da Presidência da República que foram apontadas no planejamento de aquisições.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilizem materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

### Plano de Logística Sustentável

4.2. O Planejamento Estratégico da Presidência da República possui em um de seus objetivos promoção da racionalização e do consumo consciente de bens e serviços, contempladas no Objetivo Estratégico nº 2, "Minimizar o impacto ambiental na produção de resíduos relacionados às contratações de bens e serviços de engenharia e patrimônio". Dessa forma, a elaboração do Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLS) da Presidência da República, aborda objetivos visando ações para orientar equipe de planejamento de contratação.

4.3. Adicionalmente, reconhecemos que o alinhamento com o Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLS) é uma exigência prevista no art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022. Nesse sentido, o PDLS da Presidência da República foi elaborado com indicadores estratégicos que buscam inserir na contratação de bens e serviços obrigações referente a melhores práticas da gestão de resíduos, alinhando-se ao Objetivo Estratégico nº 2 do Planejamento Estratégico, que visa inserir na contratação de bens e serviços obrigações referente a melhores práticas da gestão de resíduos.

4.4. A implementação de ações sustentáveis, como aumentar o percentual de contratações com critérios de sustentabilidade, é uma prioridade constante. O PDLS conta com indicadores de desempenho que monitoram o aumento de contratações sustentáveis e direcionam esforços para alcançar a meta de orientar as equipes de planejamento de contratação, reforçando o compromisso institucional com a redução do consumo.

4.5. Portanto, as contratações realizadas observam os princípios da sustentabilidade e estão alinhadas aos instrumentos de planejamento estratégico e operacional da Administração Pública. A Administração deve implementar e monitorar a gestão de resíduos sólidos para minimizar o impacto ambiental contribuindo para o cumprimento das metas estabelecidas no PDLS e na gestão organizacional.

#### **Indicação de marcas ou modelos**

4.6. Na presente contratação não será admitida a indicação da(s) marca(s) ou modelo(s), se não como referência para identificação de produtos equivalentes, de acordo com o art. 41 da Lei 14.133, de 2021:

*Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:*

*I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, na seguinte hipótese:*

*d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência".*

#### **Da exigência de amostra**

4.7. Na hipótese das informações fornecidas pelo licitante serem incompletas ou insuficientes para se avaliar a qualidade do material do produto ofertado, a Administração Pública poderá solicitar a amostra, no prazo limite de até **10** (dez) dias corridos, a contar da solicitação do Pregoeiro, por meio de mensagem no sistema, sendo que a empresa licitante assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.7.1. Poderá ser exigida amostra para os itens **10, 11, 12, 13 e 14:**

- a) Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade referentes a especificação, material e qualidade;
- b) Será aceita amostra com unidade de fornecimento em quantidade/volume reduzido, porém em embalagem comercial e lacrada.

4.7.2. A amostra poderá ser entregue no seguinte endereço: Palácio do Planalto, na Coordenação de Materiais no Almoarifado Central da Presidência da República, situado na Avenida N-2, Palácio do Planalto, CEP 70150-900, em Brasília - DF, no horário das 08h às 17h30, telefone (61) 3411-2633 ou 3411-2635.

4.7.3. A amostra deverá estar identificada seguinte maneira:

- a) Número do Pregão;
- b) Número do item;
- c) Nome da empresa licitante.

4.7.3. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

4.7.4. É facultada prorrogação ao prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat do sistema pelo interessado, antes de findo o prazo, desde que devidamente justificado.

4.7.5. Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade referentes a especificação, material e qualidade.

4.7.6. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.7.7. A Administração poderá solicitar a reapresentação da amostra caso a quantidade fornecida seja insuficiente para a avaliação.

4.7.8. O resultado da avaliação será divulgado por meio de mensagem no sistema.

4.7.9. Se a amostra apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da amostra e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.7.10. O exemplar colocado à disposição da Administração será tratado como protótipo, podendo ser manuseado e avaliado pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.7.11. Após a divulgação do resultado final do certame, a amostra entregue deverá ser recolhida pelo fornecedor no prazo de **30** (trinta) dias, após o qual poderá ser descartada pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.7.12. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, semônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

4.7.13. A critério da Administração, a amostra aprovada poderá ser contabilizada como unidade entregue.

#### **Subcontratação**

4.8. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

4.9. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do item 4.12 do Estudo Técnico Preliminar.

#### **Intenção de Registro de Preços**

4.10. Não será deferida a intenção de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos itens 4.42 e 4.43 do Estudo Técnico Preliminar.

#### **Adesão à Ata de Registro de Preços**

4.11. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada no item 4.44 do Estudo Técnico Preliminar.

#### **Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte**

4.12. Não deverá ser aplicado o tratamento e simplificado nesta licitação, em virtude de não ser vantajoso ao interesse público de acordo com o art. 8º, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, e com o inciso III, do art. 49, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, c/c inciso II, do art. 10, do retromencionado Decreto, pelas razões apresentadas nos itens 4.45 a 4.48 constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### **Margem de Preferência**

4.13. Os itens objetos da contratação não se enquadra na margem de preferência prevista no Decreto n.º 11.890/2024, conforme disposto na Resolução CICS/MGI nº 8, de 31 de março de 2025 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, até o presente momento.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega do material é de **20** (vinte) dias corridos, contados da confirmação do recebimento da Nota de Empenho.

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

Itens **1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, e 13**: Almoxarifado Central, Avenida N-2, Área anexa ao Palácio do Planalto, CEP: 70150-900, em Brasília - DF, em horário das 08h às 18h, telefone (61) 3411-2633 ou 3411-2635.

Itens **10 e 14**: Palácio da Alvorada - Residência Oficial da Presidência da República, Via Presidencial, situado na Zona Cívico-Administrativa, CEP 70150-903, em Brasília.

5.3. A empresa deverá transcrever na nota fiscal: marca, modelo do material e número da Nota de Empenho.

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).



5.5. A licitante vencedora deverá arcar com todos os custos da operação, transporte, mão de obra, frete ou qualquer outra despesa decorrente que advém da garantia/assistência técnica, não havendo qualquer ônus para a Secretaria de Administração da Presidência da República.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato decorrente do registro de preços deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato decorrente do registro de preços, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após o aceite da Nota de Empenho, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Fiscalização

6.6. A execução do contrato decorrente do registro de preços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato decorrente do registro de preços acompanhará a execução do contrato decorrente do registro de preços, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato decorrente do registro de preços, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato decorrente do registro de preços anotará no histórico de gerenciamento do contrato decorrente do registro de preços todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato decorrente do registro de preços, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato decorrente do registro de preços emitirá notificações para a correção da execução do contrato decorrente do registro de preços, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato decorrente do registro de preços informará ao gestor do contrato decorrente do registro de preços, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato decorrente do registro de preços nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato decorrente do registro de preços comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato decorrente do registro de preços.

6.12. O fiscal técnico do contrato decorrente do registro de preços comunicará ao gestor do contrato decorrente do registro de preços, em tempo hábil, o término do contrato decorrente do registro de preços sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato decorrente do registro de preços verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato decorrente do registro de preços atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato decorrente do registro de preços para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato decorrente do registro de preços:

6.16.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato decorrente do registro de preços contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato decorrente do registro de preços, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato decorrente do registro de preços para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato decorrente do registro de preços, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato decorrente do registro de preços e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato decorrente do registro de preços.

## 7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela a ser paga, até o limite de 10 (dez) dias;

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **20% (vinte por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **15% (quinze por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10% (dez por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5% (zero vírgula cinco por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze)** dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **10 (dez)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. As peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. Os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de **15 (quinze)** dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10** (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10** (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10** (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.11.1. O prazo de validade;

8.11.2. A data da emissão;

8.11.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

8.11.4. O período respectivo de execução do contrato;

8.11.5. O valor a pagar; e

8.11.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.14.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.14.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de Crédito**

8.26. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.26.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.26.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.26.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.26.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.27. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

### **Reajuste**

8.28. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **12/02/2026**.

8.29. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.30. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.31. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.32. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.33. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.34. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.35. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM.

9.2. No momento do envio da proposta para análise (fase de aceitação), a empresa licitante deverá informar a **marca** e o **modelo**, quando aplicável, do produto ofertado.

### Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será parcelado, sem quantitativo predefinido, em função do consumo e da demanda.

### Crítérios de aceitabilidade de preços

9.4. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.4.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

### Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

9.6. Pessoa Física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. Empresário Individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. Sociedade Empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Sociedade Empresária Estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. Filial, Sucursal ou Agência de Sociedade Simples ou Empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. Sociedade Cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.23. Não será exigida, nos termos do inciso III do caput do artigo 70 da Lei 14.133, de 2021, tendo em vista se tratar de aquisição de características elementares, a qual não se acolhe outras exigências.

#### **Qualificação Técnica**

9.24. Não será exigida, nos termos do inciso III do caput do artigo 70 da Lei 14.133, de 2021, tendo em vista se tratar de aquisição de características elementares, a qual não se acolhe outras exigências.

#### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.25. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.26. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.27. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.28. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.29. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ **165.516,79 (cento e sessenta e cinco mil quinhentos e dezesseis reais e setenta e nove centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.
- 10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 10.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
  - 10.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
  - 10.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
  - 10.2.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o exercício de 2026, na Unidade Gestora Secretaria de Administração, número de UG 110001 - SA/PR.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

## 13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

OU

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

### 1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
- 1.3.1. Rereferido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
  - 1.3.2. O Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

### 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

### 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE



### 3.1. São obrigações do Contratante:

- 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
- 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
- 3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
  - 3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 dias.
- 3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;
- 4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
  - 4.1.7.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - 4.1.7.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
  - 4.1.7.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
  - 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

## 5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. Poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de **1 (um) mês**.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal eral do Distrito Federal, Seção Judiciária de Brasília para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

# 14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

\_\_\_\_\_  
(Nome e Cargo do Representante Legal)

## 15. ATAS DE REGISTRO DE PREÇO

15.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, e desde que comprovado o preço vantajoso.

15.2. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada no item 4.44 do Estudo Técnico Preliminar.

15.3. Na hipótese de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, serão renovados os exatos quantitativos estabelecidos por ela, desde que seacomprovado o preço vantajoso e ocorra dentro do prazo de sua vigência.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**CARLOS ANTONIO DOS SANTOS**

Agente de Compras



*Assinou eletronicamente em 27/04/2026 às 10:49:06.*

**PEDRO IVO BRAGA PASSOS**

Integrante Técnico da Equipe de Planejamento



*Assinou eletronicamente em 27/04/2026 às 16:52:18.*

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

## Estudo Técnico Preliminar 192/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 00059.000637/2025-97

## 2. Descrição da necessidade

2.1. O presente estudo visa atender as demandas da Coordenação-Geral de Administração das Residências Oficiais - DIARO, referentes a materiais para manutenção de áreas externas, manejo de fauna, jardins e monitoramento ambiental, que foram solicitadas na fase de planejamento do PCA/2025 e devido a não conclusão da licitação foram mantidas no PCA/2026, que foram consolidadas no Documento de Formalização da Demanda 15 (SEI 6975783) e ajustes constantes dos documentos E-mail quantidade Item 9 (SEI 7156852) e E-mail altera quantitativo de testes itens 12 e 13 (SEI 7292371).

2.2. A Presidência da República possui em suas residências, aproximadamente, área de 85 ha com jardins, fauna, lagos e espelhos d'água. Dessa forma, para manutenção e conservação deste patrimônio vivo é necessário uso de diversos equipamentos e insumos para manutenção, conservação e monitoramento dessas áreas.

2.3. A presente aquisição adotará o Sistema de Registro de Preços - SRP, devido à natureza de alguns dos objetos e conforme solicitação pela área demandante para os itens 10 (Cal virgem) e 14 (Formicida isca granulada) devido a impossibilidade de armazenamento da quantidade total.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação-Geral de Administração das Residências Oficiais - CGARO	DIARO

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

## Requisitos Gerais

4.1. Os materiais são considerados, igualmente, como comuns, tendo em vista que possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, por meio de especificações reconhecidas e usuais de mercado.

4.2. Em respeito ao Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, esta Administração adota o Sistema de Registro de Preços - SRP, devido à natureza dos materiais a serem adquiridos que impedem a definição exata dos quantitativos a serem consumidos, bem como da necessidade de aquisição dos materiais conforme demanda, ou seja, com entregas parceladas, em consonância com os Incisos I, II e V do At. 3º do referido Decreto, conforme abaixo:

*I – quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;*

*II – quando for conveniente a aquisição de bens com entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;*

*V – quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.*

4.3. Ainda, não será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente da licitação, em razão da falta de capacidade logística e de recursos humanos para o posterior gerenciamento no órgão:

*Art. 7º Compete ao órgão ou à entidade gerenciadora praticar todos os atos de controle e de administração do SRP, em especial:*

*XI - deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP.*

## **Requisitos específicos**

- 4.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização fiscal do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 4.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10** (dez) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 4.6. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10** (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração Contratante, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 4.7. Na hipótese de verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 4.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 4.9. As especificações dos bens seguiram padronização com dados atualmente utilizados pelas empresas especializadas do ramo de comércio e conforme catalogação no sistema de compras do governo federal.
- 4.10. A garantia dos materiais fornecidos deve seguir as determinações da legislação vigente (Código de Defesa do Consumidor).
- 4.11. A licitante vencedora deverá solucionar possíveis problemas relativos aos bens cobertos pela garantia, sendo que todo e qualquer ônus para a sua solução correrão às expensas da Contratada, como transporte para retirada e devolução do produto, troca de peças, entre outros.

## **Garantia da Contratação**

- 4.12 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da lei nº 14.133/21, pela razão abaixo justificada:

4.12.1. Trata-se de fornecimento em remessa única.

## **Requisitos de sustentabilidade**

- 4.13. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.14. Os produtos deverão ser embalados e transportados de forma adequada de acordo com suas especificidades, a fim de que não viole sua integridade.
- 4.15. A Contratada, deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental, conforme prevê a IN 01, de 19 de janeiro de 2010, a saber:
- I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- 4.16. Nesse contexto, cabe destacar a adoção do uso de documentação em formato eletrônico, visando minimizar o uso de papel e, portanto, a produção de resíduos de serviços gráficos.

## **Plano de Logística Sustentável**

- 4.17. O Planejamento Estratégico da Presidência da República possui em um de seus objetivos promoção da racionalização e do consumo consciente de bens e serviços, contempladas no Objetivo Estratégico nº 2, "Minimizar o impacto ambiental na produção de resíduos relacionados às contratações de bens e serviços de engenharia e patrimônio". Dessa forma, a elaboração do Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLS) da Presidência da República, contida no processo 00040.000136/2024-29 aborda objetivos visando ações para orientar equipe de planejamento de contratação.
- 4.18. Adicionalmente, reconhecemos que o alinhamento com o Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLS) é uma exigência prevista no art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022. Nesse sentido, o PDLS da Presidência da República foi elaborado com indicadores estratégicos que buscam inserir na contratação de bens e serviços obrigações referente a melhores práticas da gestão de resíduos, alinhando-se ao Objetivo Estratégico nº 2 do Planejamento Estratégico, que visa inserir na contratação de bens e serviços obrigações referente a melhores práticas da gestão de resíduos.

4.19. A implementação de ações sustentáveis, como aumentar o percentual de contratações com critérios de sustentabilidade, é uma prioridade constante. O PDLS conta com indicadores de desempenho que monitoram o aumento de contratações sustentáveis e direcionam esforços para alcançar a meta de orientar as equipes de planejamento de contratação, reforçando o compromisso institucional com a redução do consumo.

4.20. Portanto, as contratações realizadas observam os princípios da sustentabilidade e estão alinhadas aos instrumentos de planejamento estratégico e operacional da Administração Pública. A Administração deve implementar e monitorar a gestão de resíduos sólidos para minimizar o impacto ambiental contribuindo para o cumprimento das metas estabelecidas no PDLS e na gestão organizacional.

#### **Indicação de marcas ou modelos**

4.21. Na presente contratação não será admitida a indicação da(s) marca(s) ou modelo(s), se não como referência para identificação de produtos equivalentes, de acordo com o art. 41 da Lei 14.133, de 2021:

*Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:*

*I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, na seguinte hipótese:*

*d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência".*

#### **Da exigência da amostra**

4.22. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.23. Poderá ser exigida amostra para os itens **10, 11, 12, 13 e 14**:

- a) Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade referentes a especificação, material e qualidade;
- b) Serão aceitas amostras com unidade de fornecimento em quantidade/volume reduzido, porém em embalagem comercial e lacrada.

4.24. A amostra poderá ser entregue, em embalagem original/fabricante, no endereço Almojarifado Central, Avenida N-2, Palácio do Planalto, CEP: 70150-900, em Brasília - DF, em horário das 08h às 18h, telefone (61) 3411-2633 ou 3411-2635, no prazo limite de **10** (dez) dias corridos, a contar da solicitação do órgão, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega. a entrega. A amostra deverá estar identificada da seguinte maneira:

- a) Número do Pregão;
- b) Número do item;
- c) Nome da empresa licitante

4.25. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo do prazo.

4.26. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.27. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.28. Se a amostra apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da amostra e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Estudo Técnico Preliminar.

4.29. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.30. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de **30** (trinta) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.31. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

4.32. A critério da administração, a amostra aprovada poderá ser contabilizada como unidade fornecida.

#### **Recebimento**

4.33. O prazo de entrega será de até **20** (vinte) dias corridos contados da solicitação de fornecimento pelo Gestor do Contrato observando a quantidade, o horário, o local definidos na solicitação. Abaixo tem-se os possíveis endereços que poderão ser indicados:

4.33.1. Local de entrega: Almoxarifado Central da Presidência da República, situado na Avenida N-2, Área anexa ao Palácio do Planalto, CEP 70150-900, em Brasília - DF.

4.33.2. O horário de entrega poderá ser fixado entre 8 h (oito horas) e 18 h (dezoito horas).

4.33.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.33.4. O bem deverá ser entregue acondicionado em embalagem própria, para cada item, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.34. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato de entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável designado pela administração para acompanhamento e fiscalização da contratação em questão, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

4.35. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente 10 (dez) dias úteis pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

4.36. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências quanto as especificações e/ou contratuais.

4.37. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, comunicando-se à licitante vencedora para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

*Art. 143. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.*

4.38. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

4.39. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens e dos serviços prestados nem a responsabilidade ético-profissional da licitante vencedora pela perfeita entrega dos bens e execução das regras estabelecidas no processo licitatório em questão.

4.40. A licitante vencedora deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues. Deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto demandado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

4.41. A licitante vencedora deverá fornecer bens ou materiais novos, de primeiro uso, fabricados de acordo com as normas técnicas em vigor, de boa qualidade e de excelente aceitação no mercado compatíveis com as especificações indicadas nos documentos licitatórios.

#### **Impossibilidade de Intenção de Registro de Preços**

4.42. Considerando o disposto no inciso II, artigo 7º do Decreto nº 11.462/2023, não será deferida a intenção de registro de preços por parte deste órgão, uma vez que o processo de aquisição de itens para manutenção de áreas externas, manejo de fauna, jardins e monitoramento ambiental foi planejado com base em necessidades predefinidas e urgentes do órgão gerenciador, visando atender à demandas específicas de forma célere e eficiente. A anuência à intenção de registro de preços por outros órgãos implicaria em novos trâmites administrativos, como a verificação das necessidades de cada um deles e a adequação de suas solicitações, o que atrasaria significativamente o presente processo de contratação e, consequentemente, o atendimento das demandas do órgão gerenciador. Tal situação contraria a necessidade de uma contratação ágil e que atenda, sem delongas, aos objetivos do órgão responsável.

4.43. Outrossim, o deferimento à intenção de registro de preços por outras instituições pode implicar em um aumento da complexidade na gestão do contrato, com a necessidade de gerenciar diferentes demandas, prazos e condições específicas para cada órgão aderente, o que poderia impactar negativamente o processo de aquisição em razão da limitação na capacidade de gerenciamento.

#### **Impossibilidade de Adesão posterior à Ata de Registro de Preços**

4.44. Considerando o disposto no inciso XI do art. 7º do Decreto 11462, de 31 de março de 2023, não será permitida a adesão posterior à Ata de Registro de Preços a órgãos não participantes, visto que a Coordenação de Materiais não dispõe de capacidade e recursos humanos suficientes para gerenciamento posterior de atas, nos termos do inciso I do art. 7º, do Decreto 11462, de 31 de março de 2023.

#### **Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte**

4.45. Em que pese a legislação prever tratamento diferenciado às microempresas (ME) e às empresas de pequeno porte (EPP), isto é, aplicabilidade de reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para a contratação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), de acordo com o art. 8º, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, e com o inciso III, do art. 49, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, c/c inciso II, do art. 10, do retromencionado Decreto, não se deve aplicar o tratamento diferenciado e simplificado nesta licitação, em virtude de não ser vantajoso ao interesse público.



4.46. O estabelecimento da cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para a contratação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) implicaria em dividir o objeto em itens distintos. Por conseguinte, haveria o risco de que um ou mais itens tivessem resultado fracassado, tendo como consequência a redução do quantitativo de unidades dos itens a serem fornecidos, não atendendo integralmente à demanda do Documento de Formalização da Demanda nº 2/2025/DPAT/COPAT/CGPAT/DIENP/SA (SEI nº 6954581).

4.47. É inequívoco que a execução e o gerenciamento de vários contratos, diante de dificuldades no controle simultâneo de vários processos, resultariam em desperdícios e em perda da economia de escala quando os bens a serem adquiridos são os mesmos, como no caso da licitação em tela. Nesse contexto, o prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto, pode se materializar na hipótese de que, com a aplicabilidade da cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para a contratação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), venha a ocorrer o fornecimento de materiais distintos.

4.48. Logo, não se aplicará nesta aquisição a cota reservada prevista no art. 8º do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, com base no inciso II do parágrafo único do art. 10 do mencionado Decreto, uma vez que não é vantajoso, sob a ótica de logística, a possibilidade de marcas e produtos distintos para o mesmo item.

Art. 10. Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando:

I - Não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II - O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

III - A licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 1993, excetuadas as dispensas tratadas pelos incisos I e II do caput do referido art. 24, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente por microempresas e empresas de pequeno porte, observados, no que couber, os incisos I, II e IV do caput deste artigo;

IV - O tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º. Parágrafo único. Para o disposto no inciso II do caput, considera-se não vantajosa a contratação quando:

I - Resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência; ou

II - A natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios.

### **Margem de Preferência**

4.49. Os itens objetos da contratação não se enquadra na margem de preferência prevista no Decreto n.º 11.890/2024, conforme disposto na Resolução CICS/MGI nº 8, de 31 de março de 2025 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, até o presente momento.

## **5. Levantamento de Mercado**

### **Análise comparativa de práticas e/ou soluções para a necessidade**

5.1. Foram realizadas consultas, no que tange às contratações para o objeto em tela, promovidas no âmbito de outros órgãos da Administração Pública Federal com o objetivo de verificar a existência de soluções compatíveis/similares que venham a dar subsídios ao atendimento das necessidades apresentadas no presente estudo.

5.2. Ainda, na realização da pesquisa, em contratações similares feitas por outros órgãos, considerando os descritivos dos materiais, os quantitativos e a possibilidade de atendimento sob demanda, não foi identificado a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam à necessidade da administração.

5.3. Constatou-se que os itens similares, almejados pelas áreas demandantes, foram adquiridos pelos outros órgãos públicos por diferentes modalidades de licitação: Contratação Direta por Dispensa; Pregão Eletrônico e Sistema de Registro de Preços.

5.4. Ademais, nas contratações similares consultadas, realizadas por outros órgãos e entidades, não foram identificadas a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração, do que esta pretendida.

5.5. Em análise, verificou-se que a solução para atendimento da demanda, uma vez que não há disponibilidade no órgão, será a aquisição dos bens podendo ser licitada por meio da modalidade Pregão no Sistema de Registro de Preços - SRP, na sua forma eletrônica, uma vez que há garantia da contratação sem o risco de formação de estoque excedente.

### **Modalidade de processo licitatório a ser adotado**

5.6. Definido acima como melhor solução para necessidade descrita a aquisição de todos os itens almejados pela áreas demandantes, é oportuno se avaliar como se dará o processo licitatório em questão frente ao que ocorre nos demais órgãos públicos.

- 5.7. A primeira opção seria a adesão a Ata de Registro de Preço vigente e com demonstrada vantagem para a Administração, por meio de pesquisa de preço.
- 5.8. Foi realizada consulta no sistema de compras (painel de preços). A referida pesquisa identificou que não existe Ata de Registro de Preço para os itens almejados conforme solicitados, uma vez que, não alcança o seu pleno atendimento devido, em alguns casos, não haver admissão a adesão do órgão gerenciador; não ser possível também por haver divergências nas especificações, assim como divergências entre os quantitativos solicitados e os quantitativos disponibilizados, ou ainda a proximidade do vencimento de Atas não tendo tempo hábil para a finalização do processo de aquisição.
- 5.9. A segunda opção para atendimento da necessidade seria através da busca de alguma Intenção de Registro de Preço (IRP) aberta no Sistema SIASGnet (sistema de compras do governo), de forma que a Secretaria Administrativa da Presidência da República pudesse através da citada ferramenta, analisar se algum outro órgão da esfera do Poder Executivo Federal, estaria realizando aquisição desse mesmo objeto. Nessa situação, economizar-se-ia parte da fase interna já supostamente já teria sido realizada pelo outro órgão gerenciador como, por exemplo, pesquisa de preço, estudo técnico preliminar, termo de referência e dentre outros documentos. Ocorre que não foram verificadas intenções de registro de preços que dispusessem dos itens almejados em questão que pudessem atender a demanda da Presidência da República em tempo hábil frente a necessidade.
- 5.10. A terceira e última opção se constitui na realização de processo licitatório próprio para a aquisição dos itens almejados pelas Unidades Administrativas, este é mais custoso e também demanda um tempo maior de instrução processual, sendo menos célere e mais dispendioso frente as duas opções anteriores.
- 5.11. Considerando o disposto tanto no art. 75, caput, inciso II c/c art. 182 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como o disposto no Decreto nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025, não é possível realizar a presente aquisição pela modalidade de dispensa, uma vez que o valor máximo de aquisições em que é possível a dispensa é de R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).
- 5.12. Dessa forma, diante do exposto e pela impossibilidade das opções acima indicadas, restou como melhor opção de contratação a elaboração de processo licitatório na modalidade pregão por Sistema de Registro de Preços (SRP), por meio da Ata de Registro de Preços (ARP), a exemplo do que ocorreu em anos anteriores.
- 5.13. A escolha pelo procedimento do Sistema de Registro de Preços - SRP considerou as vantagens conferidas à administração pública quanto a possibilidade de atender sua demanda em acordo com a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros, o que, indubitavelmente, tem potência para melhorar o planejamento administrativo e otimizar o uso dos recursos públicos disponíveis.

## **6. Descrição da solução como um todo**

- 6.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado no presente Estudo, abrange a aquisição de materiais para manutenção de áreas externas, manejo de fauna, jardins e monitoramento ambiental que atenderão as demandas da Coordenação-Geral de Administração das Residências Oficiais - CGARO, cujas estimativas foram informadas na elaboração do PCA 2025 e devido a não conclusão da licitação foram mantidas no PCA/2026, que foram consolidadas no Documento de Formalização da Demanda 15 (SEI 6975783) e ajustes constantes dos documentos E-mail quantidade Item9 (SEI 7156852) e E-mail altera quantitativo de testes itens 12 e 13 (SEI 7292371).
- 6.2. A solução visa fornecer produtos de qualidade, em quantidades preestabelecidas, suprimindo as demandas da Presidência da República pelos diferentes materiais demandados.
- 6.3. Neste mesmo levantamento não foram encontradas contratações similares feitas por meio de Pregão Eletrônico e Dispensa de Licitação, e esta Equipe de Planejamento da Contratação – EPC concluiu que a melhor escolha para essa contratação será pela modalidade de licitação de Sistema de Registro de Preços (SRP), tendo em vista que permite adequar as condições do planejamento à renovação do estoque, mediante o consumo, sem que comprometa a totalidade dos recursos financeiros e a estocagem, além da possibilidade da contratada fazer as entregas parceladas, conforme as necessidade da contratante.
- 6.4. O tipo de solução foi embasado em aquisições anteriores, as quais se adequaram melhor às pretensões da Presidência da República que é licitação na modalidade pregão por Sistema de Registro de Preços (SRP), por meio da Ata de Registro de Preços (ARP), que garante o fornecimento do material sem a obrigatoriedade de compra.
- 6.5. A metodologia adotada, para se obter o preço de referência, foi a média e mediana de preços, ou então o menor valor quando o coeficiente de variação era inferior a 15%, uma vez que, proporcionou uma visão mais próxima dos preços, atualmente praticados junto ao mercado.
- 6.7. Os materiais são bens comuns, que deverão ter garantia do fabricante e/ou da licitante vencedora observando as disposições da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 6.8. A garantia dos objetos se iniciará a partir do recebimento definitivo. Havendo necessidade de substituição ou troca do insumo ou produto no prazo vigente da garantia dos objetos, a licitante vencedora deverá arcar com todos os custos da operação, transporte, mão-de-obra, frete ou qualquer outra despesa decorrente que advém da garantia/assistência técnica, não havendo qualquer ônus para a contratante.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A quantidade estimada para a presente contratação foi baseada na demanda apontada pela área demandante quando da realização do Plano Anual de Contratações - PCA 2025, conforme Documento de Formalização da Demanda nº 15/2025/CGARO/DIARO/SA/SE/CC/PR (SEI 6975783) e ajustes constantes dos documentos E-mail quantidade Item9 (SEI 7156852) e E-mail altera quantitativo de testes itens 12 e 13 (SEI 7292371).

7.2. A estimativa do quantitativo levou em consideração que a Presidência da República possui em suas residências, um patrimônio vivo de aproximadamente, 85 ha de área, com jardins, fauna, lagos e espelhos d'água.

7.3. Para a definição dos quantitativos dos itens foram apresentadas as análises referente a memória de cálculo considerando principalmente a área de 85 ha, os lagos e espelhos d'água existentes e a população da fauna, conforme segue abaixo:

a) Itens 1 - Armadilha fotográfica (ou *camera trap*) é uma câmera digital ativada remotamente por sensores de movimento ou calor. Ela é amplamente utilizada para monitorar a vida selvagem sem interferir no comportamento natural dos animais. Considerando a abrangência da área torna-se necessária o monitoramento da fauna considerando o trânsito de aves e outros animais silvestres justifica-se a definição de 6 unidades para atendimento.

b) Item 2 - Caixa para transporte de frango/galinha - Devido a população de aves adultas e filhotes necessitam ser transportados para remanejamento, para tratamento clínico ou até de residências oficiais. O quantitativo de 8 unidades devido a população de aves, considerando que não há unidades em uso para o manejo.

c) Item 3 - Termo-higrômetro - É um instrumento preciso para medir a temperatura (interna/externa) e a umidade relativa do ar em tempo real, sendo ideal para monitorar ambientes como laboratórios e estufas. Para o dimensão dos ambientes existentes e também as residências oficiais o quantitativo de 5 unidade atenderá ao monitoramento ideal.

d) Item 4 - Criadeira para aves - Devido a população de aves existentes e consequentemente a reprodução contínua há a necessidade de realizar o tratamento adequado dos ovos e filhotes. Assim, 2 unidades são suficientes para cobrir as residências oficiais.

e) Item 5 - Lavadora de alta pressão – Devido a grande extensão de área das residências oficiais com vastas áreas de calçadas, diferentes pavimentos com diversas necessidades de limpeza e também considerando a população de animais, inclusive aves nas áreas das residências oficiais, é necessário que se tenha equipamentos dimensionados e que atendam as necessidades de limpeza específicas destas áreas, cuja demanda de 2 unidades, uma para cada residência, para atendimento adequado.

f) Item 6 - Caixa transporte de cães – Apesar de as residências oficiais não possuírem cães, essas caixas se adequam para transporte de outros animais como aves diversas, emas de pequeno e médio porte e, portanto, são necessárias para transporte de animais para tratamento clínico externo em hospitais veterinários ou entre as residências. Portanto, dimensionou-se 2 unidades, uma para cada residência.

g) Item 7 - Bomba monoestágio - São materiais que atendem a procedimentos de limpeza com vazão de grandes volumes de água, seja em lago ou espelhos d'água. São demandas que devem ser atendidas para sanar o habitat encontrados nas residências oficiais, as quais serão atendidas com as 3 unidades demandadas.

h) Itens 8 e 9 - Aeradores para piscicultura tipo pás. Foram adquiridas 3 unidades, do item 8, no processo licitatório Processo nº 00264.000575 /2023-26). Considerando que o Palácio da Alvorada possuir 6.500 m² de lâmina d'água e a Residência Oficial da Granja do Torto possuir, aproximadamente, 8.500m², os quais possuem juntas uma população de, aproximadamente, 8.000 peixes. Dessa forma, para suprir a demanda de oxigenação da água, principalmente na seca, é necessário usar suporte de aeradores para manter a oxigenação, sobretudo no período noturno em que não há produção de oxigênio pelo fitoplâncton aquá co. Considerando a necessidade, sobretudo na Residência Oficial da Granja do Torto, que possui lago com menor oxigenação pela origem da água ser de nascentes, ou seja, uma fonte de baixa oxigenação. É necessário fazer um aporte de oxigênio com aeradores no período seco. Cada residência oficial possuía 2 aeradores. No entanto, em 2025 a demanda na Granja do Torto foi tão alta devido baixa oxigenação da água no período seco, que foi necessário deslocar os aeradores do Palácio da Alvorada para a Granja do Torto. Diante do uso de 4 (quatro) aeradores simultâneos e ainda com necessidade de mais oxigenação, pois não ultrapassava 3 ppm de oxigênio dissolvido, há a necessidade de aquisição de mais aeradores para suporte na Granja do Torto e para suprir as necessidades do Palácio da Alvorada, quando necessário. Dessa forma, foi estimada a instalação de mais 2 (dois) aeradores chafariz na Residência Oficial da Granja do Torto e 1 (um) aerador de pás. Para o Palácio da Alvorada, mantém-se a necessidade de 2 aeradores chafariz. Dessa forma, consegue manter a oxigenação e equipamentos de redundância em caso de falha de operação de algum dos equipamentos.

i) Item 10 - Cal virgem comum (Óxido de Cálcio) - saco de 20 Kg (processo licitatório anterior para item: Processo nº 00264.000699/2023-10). As Residências Oficiais, sobretudo Palácio da Alvorada e Palácio do Jaburu, possuem uma área externa com presença de capivaras que propiciam a infestação por carrapatos (*Amblyomma cajennense*). Além disso, as residências oficiais possuem grandes áreas de jardins com necessidade de controle de pragas e também instalações animais que necessitam de vazio sanitário e desinfecção. O óxido de cálcio (CaO), conhecido como cal virgem ou cal queimado, é um composto químico utilizado para diversas finalidades como, por exemplo, promover a desinfecção das instalações dos animais e ambientes contaminados por patógenos ou infestado por outros parasitas e suas ninfas/larvas. Em 2023, houve contratação pela Presidência da República de 5.000,00 Kg de cal virgem, que foi utilizado, mas não supriu a necessidade. Diante da não contratação em 2025, houve novamente aumento da proliferação de carrapatos. Dessa forma, somente para controle de carrapatos no Palácio da Alvorada há uma previsão de 4 (quatro) aplicações anuais de 1.200,00 Kg por aplicação, totalizando 4.800,00 Kg 1 somente para controle de carrapatos. Considerando as demandas anuais para desinfecção de instalações animais também durante todo o ano, foi estimada a necessidade de 1.600,00 Kg para Palácio do Jaburu e Residência Oficial da Granja do Torto, cada. Totalizando assim, 8.000,00 Kg.

j) Item 11 - Kit solução para calibração de Phmetro - O material é necessário para garantir que o medidor de análises forneça leituras precisas para a realização das análises químicas. As 6 unidades solicitadas atenderá ao volume previsto de testes que são realizados cotidianamente.

l) Item 12 - Kit para 300 análises para medição de amônia para uso na aquicultura compa vel com Checker HC para amônia HI715 – Hanna (processo licitatório anterior para item: Processo nº 00264.000575/2023-26). Considerando que utiliza-se, aproximadamente, 150 análises por ano em cada Residência, o total utilizado por ano é estimado em 300 análises. A solicitação tem finalidade de adquirir reagentes para análises de água nos lagos das Residências Oficiais.

l) Item 13 - Kit para 300 análises para medição de nitrito compatível com Checker HC para nitrito HI707 Hanna (processo licitatório anterior para item: Processo nº 00264.000575/2023-26). Considerando que utiliza-se, aproximadamente, 150 análises por ano em cada Residência, o total utilizado por ano é estimado em 300 análises. A solicitação realizada tem finalidade de adquirir reagentes para análises de água nos lagos das Residências Oficiais.

m) Item 14 - Formicida isca granulada - Devido a necessidade de aplicação contínua do produto o quantitativo de 400 quilogramas foi dimensionado considerando a área abrangente, 85 ha, e a região arbórea externa e o nível de propagação dos insetos ser regular.

7.4. Também foram identificados os códigos do Catálogo de Materiais (Catmat) a serem utilizados para realização da licitação:

Item	Descrição	Catmat	UF	Quant.
1	<b>ARMADILHA FOTOGRÁFICA DIGITAL</b> Especificação: Resolução de foto mínima de 32 megapixel (foto) ou superior e vídeo 4k; funções: filma, fotografa e grava áudio; características: leds infravermelhos no-glow, ou seja, emite luz imperceptível/invisível ao olho humano; controle de intensidade do sistema infravermelho e ajuste de sensibilidade pir; sistema de foco automático; controle de data e hora.; caixa estanque impermeável (resiste à chuvas e umidade); revestimento camuflado; câmera com display lcd colorido mínimo 1,5 polegadas; alimentação por pilhas aa com compartimento de pilhas removível; compatível com cartão de memória de até 512 gb; disparo com velocidade de 0.2 segundos ou menor; taxa de recuperação (tempo entre imagens) de 1 segundo ou menor; presença de gps geotag; requisitos necessários: compra com garantia mínima de 1 ano; equipamento com assistência técnica no Brasil. Produto referência: Câmera Trap Bushnell DS-4K No-Glow 32mp	623698	Unidade	6
2	<b>CAIXA PLÁSTICA ESPECÍFICA PARA TRANSPORTE DE FRANGO/GALINHA</b> Especificação: Confeccionada em polietileno de alta densidade (PEAD), atóxico, resistente a impactos, raios UV e variações de temperatura, com estrutura reforçada para empilhamento seguro. Dimensões aproximadas (±5%): comprimento 95–100 cm, largura 55–60 cm, altura 26–30 cm; carga máxima 40 kg (8 a 10 frangos adultos). Possuir laterais, base e tampa com aberturas para ventilação e escoamento, base antiderrapante e cantos arredondados. Tampa removível com trava ou engate rápido, compatível com a base. Permitir higienização com produtos químicos diluídos. Cor branca, amarela ou laranja (a definir), com gravação permanente, em alto ou baixo-relevo, nas duas laterais, contendo a inscrição “Presidência da República” em altura mínima de 5 cm. Superfícies lisas, sem rebarbas ou arestas cortantes. Garantia mínima de 12 meses. Entrega limpa, seca e embalada, com descarregamento pelo fornecedor.	623698	Unidade	8
3	<b>TERMO-HIGRÔMETRO DIGITAL</b> Especificações: Indicador de temperatura externa e interna. Função máxima e mínima. Leitura em °C e °F. Umidade interna. Relógio digital. Indicador de nível de conforto. Cabo de aproximadamente 3m.	442791	Unidade	5
4	<b>CRIADEIRA PARA AVES CAPACIDADE 100 A 150 FILHOTES</b> Especificação: Material de metal e plástico; com sistema de aquecimento dos filhotes; 2 pisos; 220 v. Produto referência: Criadeira Premium Ecológica.	222385	Unidade	2
5	<b>LAVADORA ALTA PRESSÃO PROFISSIONAL ÁGUA QUENTE</b> Especificação; 220 v (monofásico); potência 2.200 w; pressão de operação máxima 160 bar (≈ 2.320 psi); vazão 700 l/h, motor com indução em 2 polos; pistões em aço inoxidável, chassi resistente com	370073	Unidade	2

	rodas, além de compartimentos integrados para armazenamento de acessórios; mangueira de alta pressão em trama de aço com comprimento mínimo de 10 m; lança em aço inox (660 mm); bico leque. Produto referência: Lavadora de Alta Pressão Karcher - modelo HDS 7/16			
6	<b>CAIXA DE TRANSPORTE PARA CÃES TAMANHO XXG</b> Especificação: Confeccionada em plástico rígido de alta resistência, atóxico, lavável e conforme padrão IATA para transporte aéreo de animais vivos. Dimensões externas aproximadas: comprimento 121 cm, largura 82 cm, altura 90 cm, peso aproximado 20,5 kg, capacidade para animais de até 61 kg. Estrutura composta por parte superior e inferior fixadas por travas reforçadas, com porta frontal metálica resistente à corrosão e sistema de trava dupla. Possui rodízios removíveis, alça para transporte, aberturas laterais e superiores para ventilação adequada. Acabamento interno e externo liso, sem rebarbas ou arestas cortantes, com cantos arredondados para segurança do animal e do operador. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. Produto referência: Caixa de Transporte para Cães e Gatos Gomoov Inter TAMANHO XXG	627397	Unidade	2
7	<b>BOMBA CENTRÍFUGA MONOESTÁGIO</b> Especificação: Motor: elétrico monofásico, potência: 3 cv, tensão: 220 v, construção: sem intermediário; aplicação: Bombeamento de água limpa, isenta de sólidos, em sistemas prediais, industriais e agrícolas; produto novo, original de fábrica, com garantia mínima de 12 meses. Produto referência: Bomba centrífuga monoestágio Schneider BC-92S 1C	631397	Unidade	3
8	<b>AERADOR CHAFARIZ PISCICULTURA</b> Especificação: Itens inclusos: 1 Aerador Chafariz + 1 Flutuador. Cobertura: 3.000 m², Potência: 1,5 cv, Flutuador: 800 milímetros em altíssima densidade, anti trincos e furos com proteção UV, Antirressecamento; Hastes / Suportes e parafusos em inox AISI 304; Cesto especial e muito resistente em inox AISI 304 - feito para durar, evita acúmulo de sujeira e não quebra no transporte, Altura de Lançamento: 1,5 metros, Diâmetro de lançamento: 6 metros, Kg O²/h: 3,0 kg/h, Vazão: 250 m³/h, Biomassa: 4.500 kg, 220 v, Referência de motor: WEG Tecnologia Alemã, produto com várias certificações nacionais e internacionais de qualidade e segurança; Tensão Monofásico, Voltagens: 220 v, Corrente: 10A / 5A, Rotação: 3.520 rpm, Consumo: 1,35 kw/h, Eixo especial em inox AISI 304, sem emenda nem soldas, fabricado na própria WEG. Produto Referência: Aerador Aquamix Beraqua 1,5 cv, Aerador Chafariz Weemac 3.500 m 1,5 cv.	298833	Unidade	4
9	<b>AERADOR DE PÁS PARA PISCICULTURA</b> Especificação: Itens inclusos: 1 Aerador Chafariz + 1 Flutuador, Abrangência: 2.500 a 5.000 m², Potência: 2,0 cv, Flutuador: 800 milímetros em altíssima densidade, anti trincos e furos com proteção UV, antirressecamento, Pás: flexíveis e de alta resistência, Cesto especial e muito resistente em inox AISI 304 - feito para durar, evita acúmulo de sujeira e não quebra no transporte, Altura de Lançamento: 1,5 metros, Diâmetro de lançamento: 6 metros, Kg O²/h: 3,0 kg/h, Vazão: 250 m³/h, Biomassa: 4.500 kg, 220 v (monofásico), Referência de motor: WEG Tecnologia Alemã, produto com várias certificações nacionais e internacionais de qualidade e segurança, Tensão Monofásico, Voltagens: 220 v, Corrente: 10A / 5A, Rotação: 3.520 rpm, Consumo: 1,35 kw/h, Eixo especial em inox AISI 304, sem emenda nem soldas, fabricado na própria WEG. Garantia: 12 meses. Produto Referência: Aerador de pás 2,0 cv Weemac 5.000 m; Aquapá Beraqua 2,0 cv.	298833	Unidade	2
10	<b>CAL VIRGEM COMUM</b> Especificação: Óxido de Cálcio, saco de 20 Kg	396007	Saco 20 Quilograma	400
11	<b>KIT SOLUÇÃO PARA CALIBRAÇÃO DE PHMETRO</b> Especificação: Soluções tampão para calibração: 1 unidade Solução de pH 4 (250ml); 1 unidade solução de pH 7 (250 ml); 1 unidade solução de pH 10 (250 ml). As soluções devem ser prontas para uso. Os produtos devem ter pelo menos 1 ano de validade a partir da entrega.	415675	Unidade	6
12	<b>KIT ANÁLISE DE AMÔNIA PARA 300 TESTES</b> Especificação: Para uso na aquicultura, compatível com Checker HC para amônia HI715 - Hanna.	430208	Unidade	1

13	KIT ANÁLISE DE NITRITO PARA 300 TESTES Especificação: Para medição de nitrito, compatível com Checker HC para nitrito HI707 - Hanna	413948	Unidade	1
14	FORMICIDA ISCA GRANULADA para uso contra formigas cortadeiras. Princípio ativo: Fipronil 0,002% a 0,003% podendo conter Indoxacarbe 0,024% a 0,03% Unidade de fornecimento: quilograma (Kg). Produto referência: Kellmicida Formicida Granulada (Fipronil e Indoxacarbe); BASF Blitz Inseticida	407484	Quilograma	400

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 165.516,79

8.1. Considerando o quantitativo indicado no Documento de Formalização da Demanda nº 15/2025/CGARO/DIARO/SA/SE/CC/PR (SEI nº 6975783), que foram solicitadas na fase de planejamento do PCA/2025 e devido a não conclusão da licitação foram mantidas no PCA/2026, e também alguns ajustes constantes dos documentos E-mail quantidade Item9 (SEI 7156852) e E-mail altera quantitativo de testes itens 12 e 13 (SEI 7292371).

8.2. Em seguida, buscou-se a realização da pesquisa de preços a partir dos parâmetros previstos nos incisos I e II, do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021. Contudo, não se obteve amostras válidas de contratações públicas para embasamento da composição dos valores dos itens, sobretudo considerando as especificidades da demanda, optou-se pela pesquisa utilizando o parâmetro estabelecido no inciso III do art. 5º da referida norma. Para o item 9, Aerador de Pás Para Piscicultura, não foi alcançado valores nos incisos I, II, e no inciso III houve 1 (um) único dado sendo necessário complementar a pesquisa no inciso IV, com fornecedores, que foi alcançado 2 (dois) dados. O levantamento foi consolidado na Planilha de Preços (SEI nº 7350523), sendo a pesquisa amplamente idônea com base nos valores mercadológicos, propiciando a adequada estimativa de custos da contratação de forma transparente, possibilitando a aferição do valor referencial dos itens que servirão como parâmetro na análise da exequibilidade e aceitabilidade das propostas ou lances das empresas licitantes na ocasião do certame, norteador o valor máximo aceitável. Também em atendimento à referida Instrução Normativa, registra-se que a metodologia adotada para obter o preço de referência foi a média ou mediana, considerando o menor valor entre elas, uma vez que proporcionou para cada item uma visão mais próxima dos preços atualmente praticados no mercado fornecedor.

8.3. Os valores estimados para fins de análise preliminar da viabilidade da aquisição são:

Item	Especificação	Catmat	Unidade de Medida	Quant.	Requis. Mínima	Requis. Máxima	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
1	<p>ARMADILHA FOTOGRÁFICA DIGITAL</p> <p><b>Especificação:</b> Resolução de foto mínima de 32 megapixel (foto) ou superior e vídeo 4k; funções: filma, fotografa e grava áudio; características: leds infravermelhos no-glow, ou seja, emite luz imperceptível/invisível ao olho humano; controle de intensidade do sistema infravermelho e ajuste de sensibilidade pir; sistema de foco automático; controle de data e hora.; caixa estanque impermeável (resiste à chuvas e umidade); revestimento camuflado; câmera com display lcd colorido mínimo 1,5 polegadas; alimentação por pilhas AA com compartimento de pilhas removível; compatível com cartão de memória de até 512 gb; disparo com velocidade de 0.2 segundos ou menor; taxa de recuperação (tempo entre imagens) de 1 segundo ou menor; presença de gps geotag; requisitos necessários: compra com garantia mínima de 1 ano; equipamento com assistência técnica no Brasil.</p>	623698	Unidade	6	1	6	2.729,79	16.378,74

	<p>Produto referência: Câmera Trap Bushnell DS-4K No-Glow 32 mp, similar ou de qualidade superior.</p>							
2	<p>CAIXA PLÁSTICA ESPECÍFICA PARA TRANSPORTE DE FRANGOS/GALINHAS</p> <p><b>Especificação:</b> Confeccionada em polietileno de alta densidade (PEAD), atóxico, resistente a impactos, raios UV e variações de temperatura, com estrutura reforçada para empilhamento seguro. Dimensões aproximadas (±5%): comprimento 95–100 cm, largura 55–60 cm, altura 26–30 cm; carga máxima 40 kg (8 a 10 frangos adultos). Possuir laterais, base e tampa com aberturas para ventilação e escoamento, base antiderrapante e cantos arredondados. Tampa removível com trava ou engate rápido, compatível com a base. Permitir higienização com produtos químicos diluídos. Cor branca, amarela ou laranja (a definir), com gravação permanente, em alto ou baixo-relevo, nas duas laterais, contendo a inscrição “Presidência da República” em altura mínima de 5 cm. Superfícies lisas, sem rebarbas ou arestas cortantes. Garantia mínima de 12 meses. Entrega limpa, seca e embalada, com descarregamento pelo fornecedor.</p>	627395	Unidade	8	1	8	695,36	5.562,88
3	<p>TERMO-HIGRÔMETRO DIGITAL</p> <p><b>Especificações:</b> Indicador de temperatura externa e interna. Função máxima e mínima. Leitura em °C e °F. Umidade interna. Relógio digital. Indicador de nível de conforto. Cabo de aproximadamente 3 m.</p>	442791	Unidade	5	1	5	266,73	1.333,65
4	<p>CRIADEIRA PARA AVES CAPACIDADE 100 A 150 FILHOTES</p> <p><b>Especificação:</b> Material de metal e plástico; com sistema de aquecimento dos filhotes; 2 pisos; 220 v.</p> <p>Produto referência: Criadeira Premium Ecológica, similar ou de qualidade superior.</p>	222385	Unidade	2	1	2	4.151,69	8.303,38
5	<p>LAVADORA ALTA PRESSÃO PROFISSIONAL ÁGUA QUENTE</p> <p><b>Especificação;</b> 220 v (monofásico); potência 2.200 w; pressão de operação máxima 160 bar (≈ 2.320 psi); vazão 700 l/h, motor com indução em 2 polos; pistões em aço inoxidável, chassi resistente com rodas, além de compartimentos integrados para armazenamento de acessórios; mangueira de alta pressão em trama de aço com comprimento mínimo de 10 m; lança em aço inox (660 mm); bico leque.</p>	370073	Unidade	2	1	2	24.998,79	49.997,58

	<p>Produto referência: Lavadora de Alta Pressão Karcher - modelo HDS 7/16, similar ou de qualidade superior.</p>							
6	<p>CAIXA DE TRANSPORTE PARA CÃES TAMANHO XXG</p> <p><b>Especificação:</b> Confeccionada em plástico rígido de alta resistência, atóxico, lavável e conforme padrão IATA para transporte aéreo de animais vivos. Dimensões externas aproximadas: comprimento 121 cm, largura 82 cm, altura 90 cm, peso aproximado 20,5 kg, capacidade para animais de até 61 kg. Estrutura composta por parte superior e inferior fixadas por travas reforçadas, com porta frontal metálica resistente à corrosão e sistema de trava dupla. Possui rodízios removíveis, alça para transporte, aberturas laterais e superiores para ventilação adequada. Acabamento interno e externo liso, sem rebarbas ou arestas cortantes, com cantos arredondados para segurança do animal e do operador. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.</p> <p>Produto referência: Caixa de Transporte para Cães e Gatos Gomoov Inter TAMANHO XXG, similar ou de qualidade superior.</p>	627397	Unidade	2	1	2	2.671,79	5.343,58
7	<p>BOMBA CENTRÍFUGA MONOESTÁGIO</p> <p><b>Especificação:</b> Motor: elétrico monofásico, potência: 3 cv, tensão: 220 v, construção: sem intermediário; aplicação: Bombeamento de água limpa, isenta de sólidos, em sistemas prediais, industriais e agrícolas; produto novo, original de fábrica, com garantia mínima de 12 meses.</p> <p>Produto referência: Bomba centrífuga monoestágio Schneider BC-92S 1C, similar ou de qualidade superior.</p>	631397	Unidade	3	1	3	2.379,52	7.138,56
8	<p>AERADOR CHAFARIZ PISCICULTURA</p> <p><b>Especificação:</b> Itens inclusos: 1 Aerador Chafariz + 1 Flutuador. Cobertura: 3.000 m², Potência: 1,5 cv, Flutuador: 800 milímetros em altíssima densidade, anti trincos e furos com proteção UV, Antiressecamento; Hastes / Suportes e parafusos em inox AISI 304; Cesto especial e muito resistente em inox AISI 304 - feito para durar, evita acúmulo de sujeira e não quebra no transporte, Altura de Lançamento: 1,5 metros, Diâmetro de lançamento: 6 metros, Kg O<sub>2</sub>/h: 3,0 kg/h, Vazão: 250 m³/h, Biomassa: 4.500 kg, 220 v, Referência de motor: WEG Tecnologia Alemã, produto com várias certificações nacionais e internacionais de qualidade e segurança; Tensão Monofásico, Voltagens: 220 v, Corrente: 10 A / 5 A, Rotação: 3520</p>	298833	Unidade	4	1	4	1.823,23	7.292,92



	rpm, Consumo: 1,35 kw/h, Eixo especial em Inox AISI 304, sem emenda nem soldas, fabricado na própria WEG.  Produto Referência: Aerador Aquamix Beraqua 1,5 cv, Aerador Chafariz Weemac 3.500 m 1,5 cv, similar ou de qualidade superior.							
9	<p>AERADOR DE PÁS PARA PISCICULTURA</p> <p><b>Especificação:</b> Itens inclusos: 1 Aerador Chafariz + 1 Flutuador, Abrangência: 2.500 a 5.000 m², Potência: 2,0 cv, Flutuador: 800 milímetros em altíssima densidade, anti trincos e furos com proteção UV, antiressecamento, Pás: flexíveis e de alta resistência, Cesto especial e muito resistente em inox AISI 304 - feito para durar, evita acumulo de sujeira e não quebra no transporte, Altura de Lançamento: 1,5 metros, Diâmetro de lançamento: 6 metros, Kg O²/h: 3,0 kg/h, Vazão: 250 m³/h, Biomassa: 4.500 kg, 220 v (monofásico), Referência de motor: WEG Tecnologia Alemã, produto com várias certificações nacionais e internacionais de qualidade e segurança, Tensão Monofásico, Voltagens: 220 v, Corrente: 10A / 5A, Rotação: 3.520 rpm, Consumo: 1,35 kw/h, Eixo especial em Inox AISI 304, sem emenda nem soldas, fabricado na própria WEG. Garantia: 12 meses.</p> <p>Produto Referência: Aerador de pás 2,0 cv Weemac 5.000 m; Aquapá Beraqua 2,0 cv, similar ou de qualidade superior.</p>	298833	Unidade	2	1	2	10.150,00	20.300,00
10	<p>CAL VIRGEM COMUM</p> <p><b>Especificação:</b> Óxido de Cálcio, saco de 20 Kg</p>	396007	Saco 20 Quilograma	400	1	400	45,08	18.032,00
11	<p>KIT SOLUÇÃO PARA CALIBRAÇÃO DE PHMETRO</p> <p><b>Especificação:</b> Soluções tampão para calibração: 1 unidade Solução de pH 4 (250 ml); 1 unidade solução de pH 7 (250 ml); 1 unidade solução de pH 10 (250 ml). As soluções devem ser prontas para uso. Os produtos devem ter pelo menos 1 ano de validade a partir da entrega.</p>	415675	Unidade	6	1	6	105,70	634,20
12	<p>KIT ANÁLISE DE AMÔNIA PARA 300 TESTES</p> <p><b>Especificação:</b> Para uso na aquicultura, compatível com Checker HC para amônia HI715 - Hanna.</p>	430208	Unidade	1	1	1	3.180,00	3.180,00
	KIT ANÁLISE DE NITRITO PARA 300 TESTES							

13	<b>Especificação:</b> Para medição de nitrito, compatível com Checker HC para nitrito HI707 - Hanna	413948	Unidade	1	1	1	2.443,30	2.443,30
14	FORMICIDA ISCA GRANULADA PARA USO CONTRA FORMIGAS CORTADEIRAS  <b>Especificação:</b> Princípio ativo: Fipronil 0,002% a 0,003% podendo conter Indoxacarbe 0,024% a 0,03%; Unidade de fornecimento: quilograma (Kg)  Produto referência: Kellmicida Formicida Granulada (Fipronil e Indoxacarbe); BASF Blitz Inseticida, similar ou de qualidade superior.	407484	Quilograma	400	1	400	48,94	19.576,00
<b>VALOR TOTAL R\$</b>								<b>165.516,79</b>

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O parcelamento da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que verificado não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, enquadrando-se no art. 40, inciso V, alíneas "a" e "b" §3º, incisos I e II da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

*Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:*

(...)

*V- atendimento aos princípios:*

*a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;*

*b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;*

(...)

*§ 3º O parcelamento não será adotado quando:*

*I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;*

*II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;*

*III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo (grifos nosso).*

9.2. A presente contratação na modalidade Registro de Preços, será por item. Não será por grupo.

9.3. Havendo prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços, nos termos do Art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021, combinado com Art. 22 do Decreto nº 11.462, de 2023, a estimativa da demanda realizada considerou possível renovação dos exatos quantitativos, desde que seja comprovado o preço vantajoso e ocorra dentro do prazo de sua vigência.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há contratações correlatas ou interdependentes da almejada contratação. As empresas que porventura sejam contratadas deverão apenas fornecer os materiais que ora se propõe adquirir descritos no presente estudo.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A referida aquisição está prevista no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Estudo Técnico.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Pretende-se alcançar os seguintes resultados:

- **Atender as demandas diárias** – a manutenção de áreas externas, manejo de fauna, jardins e monitoramento ambiental.
- **Agilidade no atendimento das demandas** – com a disponibilidade dos materiais procura-se dar ação contínua e em tempo reduzido que promova o imediato atendimento alcançando resultados eficazes.
- **Redução de perdas** – Com maior controle sobre os itens, a instituição reduz significativamente o risco de perdas da fauna e em áreas verdes, lagos e espelhos d'água, desvios e extravios de materiais, o que se traduz em economia de recursos e maior segurança institucional.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não há providências a serem adotadas.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. De modo a ser garantir mínimos impactos ambientais devem ser observados os requisitos elencados nos requisitos de sustentabilidade.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando todos os aspectos já mencionados, avalia-se que a aquisição atenderá a Administração de forma satisfatória, portanto sendo viável. Em cumprimento ao disposto no art. 24 da Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, emitida pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o presente estudo segue assinado pelos integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**CARLOS ANTONIO DOS SANTOS**

Agente de Compras



Assinou eletronicamente em 27/04/2026 às 10:08:40.

**PEDRO IVO BRAGA PASSOS**

Integrante Técnico da Equipe de Planejamento



*Assinou eletronicamente em 27/04/2026 às 16:51:37.*